PROJETO DE LEI Nº 040
DE 04/08/22

Dispõe sobre emissão de Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA e dá outras providências.

Art. 1º Fica autorizada a emissão da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA, no âmbito do Município de Caconde, destinada a conferir a identificação da pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA, e a atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de Saúde, Educação, Esporte e Assistência Social.

§ 1º A pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – TEA é legalmente considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos, conforme a Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Lei "Berenice Piana" e suas alterações, principalmente a Lei "Romeo Mion".

§ 2º A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA será expedida pelo Departamento de Assistência Social, o qual dará ampla publicidade e será competente para:

I - administrar a política de emissão da CIPTEA em âmbito municipal;

II - expedir a CIPTEA, devidamente numerada, de modo a possibilitar a contagem das pessoas diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista;

III - controlar, para efeito de estatística, o número atualizado de carteiras emitidas;

§ 3º A CIPTEA será expedida mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;

II - fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do curador ou responsável legal.

§ 4º A CIPTEA terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado, e revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a contagem das pessoas com Transtorno do Espectro Autista em âmbito municipal.

§ 5º Em caso de perda ou extravio da CIPTEA, será emitida segunda via pela apresentação de boletim de ocorrência ou mediante o preenchimento de Declaração de Perda.

§ 6º A CIPTEA será expedida sem qualquer custo para o Requerente.

Art. 2º São diretrizes da Política Municipal dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade no desenvolvimento de ações e das políticas no atendimento à pessoa com transtorno de espectro autista;

II - a participação da comunidade na formulação de políticas específicas, voltadas às pessoas com transtorno do espectro autista, e o controle social de sua implantação, acompanhamento e avaliação;

III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e alimentação adequada;

IV - o estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado de trabalho;

V - a responsabilidade do Poder Público quanto à divulgação da informação pública e à conscientização sobre o transtorno do espectro autista e suas implicações;

VI - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis;

VII - o estímulo à pesquisa científica e à capacitação.

Parágrafo único. Para o cumprimento das diretrizes estabelecidas neste artigo, fica o Poder Público autorizado a firmar convênios com pessoas jurídicas de direito privado, para o desenvolvimento de ações voltadas à implementação da Política Municipal dos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 3º O descumprimento desta Lei acarretará em multa, de 03 (três) a 20 (vinte) salários mínimos.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará o disposto nesta lei, no que couber, via Decreto.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário**.**

Prefeitura Municipal da Estância Climática de Caconde, em 04 de agosto de 2022.

João Filipe Muniz Basilli
Prefeito Municipal

J U S T I F I C A T I V A

Senhor Presidente,
Nobre Edis,

O referido Projeto de Lei visa assegurar direitos, básicos e essenciais, da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, além de uma melhor identificação, para que o município aperfeiçoe, cada vez mais, na promoção da inclusão social, combatendo preconceito e discriminação.

A União legisla, concorrentemente, sobre a proteção das pessoas com deficiência, conforme inciso XIV, do art. 24, da CRFB/88; contudo se fez publicar a Lei nº 12.764/12 a qual, dentre outras modificações, foi alterada, em 2020, pela Lei nº 13.977, essa lei nos autoriza a expedir respectiva 'carteira" que não deve ser dita no diminutivo "carteirinha", pois representa um GRANDE passo para toda população.

Desta feita e, a título de arremate, o inciso abaixo transcrito ao descrever a pessoa "portadora" de deficiência carece de Emenda, nos termos do art. 60 da Carta Maior, pois, o termo usado atualmente é "pessoa com deficiência intelectual e múltipla". As pessoas não portam uma deficiência porque não é algo que possa ser portado ou carregado ocasionalmente, como um documento de identidade ou um guarda-chuva. A deficiência é uma condição da própria pessoa.

> ***Art. 24.*** *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*
> ***XIV*** *- proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.*

Solicito aos nobres Edis para que, se possível, deliberem o referido Projeto de Lei, aprovando-o por unanimidade, em regime de urgência, pois, estamos nos aproximando da Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, que acontece entre os dias 21 a 28 de agosto (Lei nº 13.585/17), a qual nossa municipalidade pretende dar amplo conhecimento, a toda sociedade, com conteúdos visando a conscientização e necessidades desse grupo especial de pessoas.

João Filipe Muniz Basilli
Prefeito Municipal